

Renda do trabalhador cresce mais durante anos eleitorais

Levantamento feito pela FGV mostra que funcionalismo público é a categoria que mais teve ganhos

Do Rio

A renda mediana do trabalhador brasileiro cresce 12% em anos eleitorais, mas a alegria dura pouco e no ano seguinte a queda é de 11,9%. É o que mostra um levantamento do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base no período do eleitoral, a não ser na esfera municipal, em que foi detectado aumento de contratação.

Desigualdade

Já a queda da desigualdade na renda do trabalho perdeu ritmo em 2005 e 2006, apesar dos ganhos reais do salário mí-

Indicador de pobreza não manteve ritmo de queda do passado

“Uma boa notícia é que isso tem se tornado menos forte nas últimas duas ou três eleições. Mas nas primeiras eleições, de 1982 e 1986 (*para governador*) e mesmo 1989 (*para presidente*), isso foi mais marcado, mas ainda persiste”, afirma o economista. O levantamento não inclui o ano de 1994, no qual não foi realizada a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Levando em conta apenas as duas últimas eleições para presidente, o trabalho da FGV mostra que a renda “de todas as fontes” do trabalhador foi 4,3% maior do que em anos sem eleições. De forma geral, as rendas provenientes do trabalho principal foi 3,2% maior, de aposentadoria, 6,9%, e de outras receitas (transferências, basicamente), 24%.

Chama a atenção que nesse mesmo período o aumento da renda do grupo do funcionalismo público foi ainda superior. O levantamento mostra que os ganhos do funcionalismo público municipal foi o maior (8,81%), seguido do estadual (8,08%) e do federal (3,63%). Basicamente, nesses casos, houve reajuste de salários, já que restrições da legislação impedem a contratação em período eleitoral, a não ser na esfera municipal, em que foi detectado aumento de contratação.

Desigualdade

Já a queda da desigualdade na renda do trabalho perdeu ritmo em 2005 e 2006, apesar dos ganhos reais do salário mí-

SAIBA MAIS

O estudo da Fundação Getúlio Vargas não abrange a renda total (com transferências de renda e aposentadorias), para a qual o último dado disponível é da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) relativa a 2004. A desigualdade geral será influenciada por programas de transferência de renda não captados na PME, como o Bolsa Família, “a estrela do novo regime de política social brasileiro”. Segundo o economista Marcelo Néri, a série da PNAD começa em 1977 e é certo dizer que a desigualdade hoje é a menor desse período.

nimo nos dois anos, segundo a FGV. O estudo do Centro de Políticas Sociais mostra que houve forte avanço na distribuição de renda no País entre março de 2002 e junho de 2006. Esse aumento ficou concentrado, contudo, no primeiro semestre de 2004, período em que não houve ganho real do mínimo. O dinamismo econômico e o avanço do mercado de trabalho ajudaram a reduzir a pobreza naquele ano.

“Nos dois últimos anos, em 2005 e 2006, quando ocorreram fortes reajustes dos salários mínimos, o resultado tem sido um pouco decepcionante. Os indicadores de pobreza e desigualdade baseados em renda do trabalho não sofreram as reduções que se observava no passado”, afirma Neri. De forma geral, explica o economista, efeitos negativos do aumento do mínimo, como desemprego e aumento da informalidade, estão anulando as conseqüências positivas do reajuste.

O trabalho leva em conta dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que abrange as seis principais regiões metropolitanas brasileiras. A FGV calculou que a parcela da renda do trabalho apropriada pelos 50% mais pobres subiu de 10,1%, em março de 2002, para 11,62%, em julho de 2004, e para 12,20% em junho de 2006.

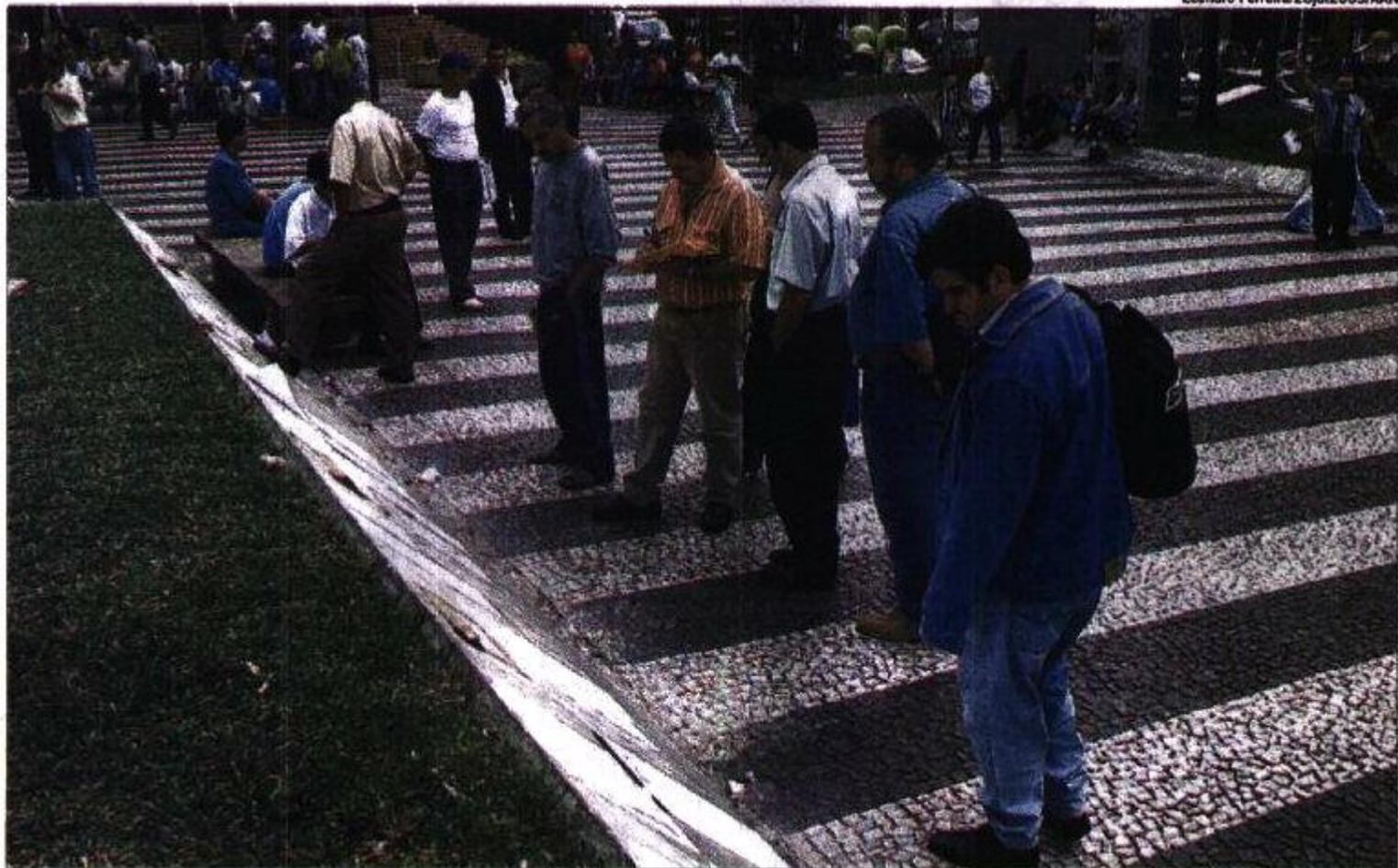
Apenas entre abril e julho de 2004, esta participação saltou de 10,5% para 11,62%. Já o indicador que mede a desigualdade da renda do trabalho (índice Gini) recuou de 0,633 para 0,609 em julho de 2004 e alcançou 0,600 em junho deste ano. A taxa varia de 0 a 1, sendo o ponto zero o que indica a distribuição de renda ideal, sem desigualdade social.

Em paralelo, a parcela de pessoas abaixo da linha de pobreza (renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 120 ao mês) encolheu de 23,95% em março de 2002 para 18,57% em junho de 2006. A maior parte desse avanço já havia ocorrido em 2004, quando a taxa alcançou, em julho, 19,45%.

“O ano de 2004 é muito im-

portante para a redução da desigualdade a partir da renda do trabalho, um ano chinês para os pobres brasileiros”, afirma. Nesse ano, aumentaram a taxa de participação de pessoal ocupado, as chances de conseguir emprego e o salário-hora e a economia cresceu 4,9%, junto a um cenário externo favorável. “Não é que o efeito do mínimo tenha sido negativo. Mas os efeitos positivos de aumentar os salários dos trabalhadores foram compensados pelos negativos”, diz Neri.

O economista explica que em 2004 o salário mínimo passou de R\$ 240 para R\$ 260 (mas sem ganho real, ou seja, descontada a inflação não houve acréscimo), enquanto o crescimento real do mínimo foi de 9% em 2005 e 13% este ano. A estimativa é de que os empregos formais perdidos este ano na faixa salarial em torno do salário mínimo foi de 19,13% entre março e julho desse ano. **(Da Agência Estado)**



Trabalhadores lêem cartazes com anúncios de vagas: este ano, empregos formais na faixa de um salário mínimo encolheram 19,13%